



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO GENERAL  
CARNEIRO - PROJUDI  
Rua 19 de Novembro, 148 - Centro - General Carneiro/PR - CEP: 84.660-000 - Fone: 42 3552-2328

Autos nº. 0004101-27.2020.8.16.0174

Processo: 0004101-27.2020.8.16.0174  
Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível  
Assunto Principal: Rescisão / Resolução  
Valor da Causa: R\$5.000,00  
Polo Ativo(s): • GETULIO ELEUTHERIO DA LUZ (CPF/CNPJ: 306.533.809-25)  
Rua Saule Giacomo Grando, 158 - São Braz - GENERAL CARNEIRO/PR  
Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1839 Torre 2, 10º andar - Vila Nova Conceição -  
SÃO PAULO/SP - CEP: 04.543-900

General Carneiro, 22 de outubro de 2020.

Ilmo. Sr.  
PRESIDENTE DO INSS  
Renato Rodrigues Vieira  
Setor de Autarquias Sul Q. 2 Bloco O BL O - Asa Sul, Brasília - DF, 70070-946

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias, para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria ( Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Atenciosamente,

JEANE CARLA FURLAN  
Juíza de Direito Supervisora

(assinatura digital)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Gabinete

**DESPACHO**

Gabinete, em 29/12/2020.

**Ref.:** Processo nº 35014.357578/2020-12.

**Int.:** 10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA PR.

**Ass.:** Autos nº 0004101-27.2020.8.16.0174 - Rescisão / Resolução - BANCO BMG SA.

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para análise e demais providências.

**DIOGO FREITAS FIGUEIREDO**

Chefe de Gabinete da Presidência

Substituto



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO FREITAS FIGUEIREDO, Chefe de Gabinete da Presidência Substituto**, em 29/12/2020, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2555278 e o código CRC 3F639579.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

**DESPACHO**

**Diretoria De Benefícios, em 14/01/2021.**

**Ref.:** Processo nº 35014.357578/2020-12

**Int.:** 10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA PR.

**Ass.:** Autos nº 0004101-27.2020.8.16.0174 - Rescisão / Resolução - BANCO BMG SA.

1. Encaminhe-se à CGPGSP para prestar as informações sobre as providências adotadas em relação às instituições financeiras que não observam as regras estabelecidas nos convênios firmados com o INSS, retornando o processo ao Gabinete desta Diretoria até a data de 05/02/2021.

**ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO**

Diretor de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor(a)**, em 14/01/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2636709** e o código CRC **96A43118**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.357578/2020-

12

SEI nº 2636709



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO GENERAL**  
**CARNEIRO - PROJUDI**

**Rua 19 de Novembro, 148 - Centro - General Carneiro/PR - CEP: 84.660-000 - Fone: 42 3552-2328**

**Autos nº. 0004101-27.2020.8.16.0174**

Processo: 0004101-27.2020.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Rescisão / Resolução

Valor da Causa: R\$5.000,00

Polo Ativo(s): • GETULIO ELEUTHERIO DA LUZ (CPF/CNPJ: 306.533.809-25)  
Rua Saule Giacomo Grando, 158 - São Braz - GENERAL CARNEIRO/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1839 Torre 2, 10º andar - Vila Nova Conceição -  
SÃO PAULO/SP - CEP: 04.543-900

Vistos etc.

Trata-se de ação de rescisão contratual com indenização por danos morais ajuizada por Getulio Eleutherio da Luz em face de Banco BMG S.A. em que a parte autora sustentou, em síntese, que em 23/04/2020 recebeu ligação de uma preposta do Banco BMG questionando-o se havia interesse na contratação de empréstimo consignado. O autor manifestou-se negativamente, contudo, no dia seguinte, em consulta ao extrato bancário observou um depósito de R\$ 1.233,96 sem sua autorização e conhecimento.

Em contrapartida, o Banco aduziu que há contrato de cartão de crédito consignado e depósito em conta.

É a síntese do essencial.

Decido.

Vencidas essas questões, ausentes nulidades ou outras preliminares e prejudiciais, passo ao exame do mérito.

A matéria apresentada ao juízo deve ser analisada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor (artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 CDC), uma vez que a parte autora é considerada consumidora, homem idoso com 77 anos, aposentado, analfabeto funcional, como declarou no interrogatório judicial, apenas escreve o nome, consegue ler muito pouco. O réu é fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Controverso nos autos a contratação pelo autor dos serviços da ré.

Em razão da negativa de contratação pela parte promovente, cabia à ré provar a existência de contrato válido entre as partes. Note-se que o contrato nº 53667169 foi assinado em 31/10/2018, contudo, houve depósito em conta apenas em abril de 2020.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, “desde que expressamente autorizada” (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

Não é crível aceitar que a contraprestação da ré foi cumprida apenas um ano e meio depois, até mesmo porque empréstimos são formalizados quando o contratante está necessitando muito de dinheiro, ou seja, é uma necessidade premente. Assim, entendo que há incongruência nos documentos apresentados. No caso em tela o Banco fez contato telefônico com o autor dizendo que o dinheiro era “direito seu”, e não empréstimo.

Nessa linha de raciocínio estou convencida que o requerido foi maliciosamente abordado pela instituição financeira, que não logrou êxito na demonstração da contratação dos serviços que deram origem ao depósito. Tanto isso é verdade que o autor não usou o dinheiro que foi depositado em sua conta até o dia de hoje. Não sacou nem movimentou-o.

A parte autora formulou pedido de rescisão, no entanto, rescindir um contrato significa encerrar o acordo antes de ser totalmente executado pelas partes. Considerando que a parte nega ter contratado a rescisão é incompatível seu pedido, entretanto, abro parênteses para esclarecer que dos pedidos iniciais se conclui pela negativa de contratação que leva à conclusão de inexistência do contrato. Com base na teoria da interpretação sistemática da petição inicial, há muito acolhida pelo STJ, deve ser declarada a inexistência do contrato que originou o depósito na conta do autor.

Não é cabível indenização por danos morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte autora.

Com relação ao dano moral, entretanto, verifica-se que o desconto indevido, por si só, não gera maiores reflexos à parte, sendo necessária a comprovação do prejuízo gerado, o que não restou demonstrado. Assim, e considerando a natureza do serviço, o valor e o período da cobrança, não resta configurado o dano moral.

Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE COMPRA EM DUPLICIDADE. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0004902-61.2017.8.16.0104 - Laranjeiras do Sul - Rel.: Juiz Helder Luis Henrique Taguchi - J. 29.10.2019) RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM DUPLICIDADE. ÔNUS DA PROVA. COBRANÇA INDEVIDA. RESTITUIÇÃO MANTIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO AFASTADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0000954-15.2018.8.16.0060 - Cantagalo - Rel.: Juiz Alvaro Rodrigues Junior - J.15.10.2019)

À luz do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por Getulio Eleutherio da Luz em face de Banco BMG S.A., com fulcro no art. 487, I, CPC, a fim de:

a) DECLARAR a inexistência da contratação;

b) Por consequência, CONDENAR a ré à restituição dos valores cobrados via cartão de crédito consignado a partir do mês de maio/2020, acrescido de correção monetária pelo IPCA-E desde cada pagamento e juros de 1% ao mês desde a citação.

Para evitar enriquecimento ilícito, determino que o autor deposite judicialmente o valor de R\$ 1.233,96 (mil duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) em juízo para posterior devolução ao banco requerido. Autorizo a compensação dos valores.

Expeça-se ofício ao Banco Central para ciência da irregularidade na captação de clientes fora da instituição bancária vedada pela Instrução Normativa nº 28/08 do INSS, artigo 4º, I, considerando a hipossuficiência e hipervulnerabilidade do requerente, na forma do Estatuto do Idoso, artigos 2º, 3º e 4º.

Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria ( Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99;4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Resol.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Transitada em julgado, arquivem-se.

Diligências necessárias.

JEANE CARLA FURLAN<sub>H</sub>

Juíza Supervisora

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5Y8 9KBL5 7H9FC TJD4Y





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35014.357578/2020-12.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5469934** e o código CRC **BAB4C67B**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.357578/2020-12

SEI nº 5469934